



PROCESSO 119/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 052/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de serviço de filmagem aérea com drone e terrestre, com o objetivo de registrar as atividades da Festa de Agosto 2026, em comemoração ao 197º aniversário do município de Socorro/SP. A festividade integra o calendário cultural oficial e atrai grande público, sendo de interesse público o registro audiovisual das ações promovidas. O material captado será utilizado para fins institucionais, divulgação em mídias digitais e preservação da memória cultural do evento, destinados ao atendimento do público participante e da plena organização do evento Festa de Agosto de 2026 a ser realizado nas ruas centrais da cidade, que para os dias 08/08/2026 à 16/08/2026.

Preferência ME/EPP/Equiparadas: SIM

Critério de Julgamento: menor preço

Data e horário inicial para recebimento das propostas: 24/07/2026 – 18h

Data e horário final para recebimento das propostas: 30/07/2026 – 08h e 45min

Data da sessão: 30/07/2026 – 09h

Link: www.novobbmnet.com.br

Torna-se público que o Município de Socorro, através da Supervisão de Compras, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do artigo 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 4616/2024 e demais legislação aplicável.

A Dispensa Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Socorro, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço <https://novo.bbmnet.com.br>.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA



Contratação de empresa especializada para a realização de serviço de filmagem aérea com drone e terrestre, com o objetivo de registrar as atividades da Festa de Agosto 2026, em comemoração ao 197º aniversário do município de Socorro/SP. A festividade integra o calendário cultural oficial e atrai grande público, sendo de interesse público o registro audiovisual das ações promovidas. O material captado será utilizado para fins institucionais, divulgação em mídias digitais e preservação da memória cultural do evento, destinados ao atendimento do público participante e da plena organização do evento Festa de Agosto de 2026 a ser realizado nas ruas centrais da cidade, que para os dias 08/08/2026 à 16/08/2026.

1.1. A contratação será por item, conforme tabela constante abaixo.

Item	Descrição / especificação	QTD.	Objeto	Valor unitário Estimado	Valor total estimado
1	O objeto contratado consiste na cobertura audiovisual completa durante os dias da Festa de Agosto 2026, realizada por equipe especializada composta por videomakers e um editor dedicado, com utilização de equipamentos de última geração, entre câmeras, microfones, drones, estabilizadores, tripé e iluminação profissional. Os materiais devem contar com narração profissional e resultarão na entrega de ao menos cinco vídeos horizontais (até 2 minutos, em resolução Full HD 1920x1080) para exibição em telão no palco, ao menos oito vídeos verticais (até 1 minuto e 30 segundos) otimizados para redes sociais e publicados no dia seguinte à captação, além de ao menos um After Movie final (até 2 minutos) para o encerramento do evento.	01	Serviço	R\$ 28.066,67	R\$ 28.066,67
Valor Total do Lote R\$ 28.066,67					

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante a utilização do Sistema BBMNET, disponível no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas vedações do art. 14 da Lei 14.133/21.

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Não será permitida a participação de cooperativas.

2.4. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema BBMNET, a proposta com a descrição do objeto ofertado e a marca do produto, quando



for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim de recebimento de propostas.

3.2.1. Na eventualidade de o fornecedor ser o fabricante ou detentor da marca do item ofertado, esta informação poderá ser preenchida com expressões como "fabricação própria", "conforme edital" e outras, evitando-se, assim, a identificação do licitante.

3.3. A proposta deverá ser elaborada com até duas casas decimais (Ex.: 0,01). Em caso de recebimento de propostas com três ou mais casas decimais, serão consideradas apenas 02 (duas)

3.4. Não haverá etapa de lances.

3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta dispensa de licitação;

3.6.1. Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, e assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, que atende as seguintes declarações:

3.8.1 Declaramos que inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.8.2 Declaramos o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;



3.8.3 Declaramos o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

3.8.4 Declaramos nossa responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.5 Declaramos o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

3.8.6 Declaramos o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.8.7 Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrada a fase de envio de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado, se necessário, apresentação de documentos complementares.

4.3.1. O arquivo de PROPOSTA FINAL deverá ser anexado em campo próprio do sistema na Plataforma BBMNET, e para isso será concedido o prazo de 01 (uma) hora. A Proposta Final deverá conter a identificação do Participante. A proposta deverá estar devidamente assinada de forma eletrônica, conforme modelo do Anexo II do Aviso de Contratação.



- 4.3.2. Caso entenda necessário solicitar prazo maior para inserção da Proposta Final, o participante deverá fazer a solicitação no chat da plataforma BBMnet antes da finalização do prazo. O prazo será concedido por igual período, ou seja, 01 (uma) hora.
- 4.3.3. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta, conforme o caso, deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços.
- 4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 4.5.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 4.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 4.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 4.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 4.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ainda ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 4.8. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4.9. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



4.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1 Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 2 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

5.1.1. Caso entenda necessário solicitar prazo maior para inserção dos documentos de habilitação, o participante deverá fazer a solicitação no chat da plataforma BBMnet antes da finalização do prazo. O prazo será concedido por igual período, ou seja, 02 (duas) horas.

5.1.2. É dever do fornecedor atualizar previamente os documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.1.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.



5.4.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação e documentação complementar.

5.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;



c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no site BBMNET, no site oficial do município e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. Valer - se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).



8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante das propostas observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 12, III e art. 64, da Lei 14.133/21.

8.9. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.9.1. ANEXO I – Termo de Referência;

8.9.2. ANEXO II – Modelo de Proposta;

8.9.3. ANEXO III – Documentação exigida para Habilitação;

8.9.4. ANEXO IV - Modelo Unificado de Declarações

9. DO FORO:

9.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas, no Foro da cidade de Socorro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



9.2 - APROVO O PRESENTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, e para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Aviso divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Socorro, no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e site BBMNET.

Socorro, 24 de julho de 2026.

Procurador(a) Jurídico(a) - PMES

Maurício de Oliveira Santos
Prefeito Municipal



ANEXO I – Termo de Referência

1. **OBJETO:** A contratação de empresa especializada para a realização de serviço de filmagem aérea com drone e terrestre, com o objetivo de registrar as atividades da Festa de Agosto 2026, em comemoração ao 197º aniversário do município de Socorro/SP. A festividade integra o calendário cultural oficial e atrai grande público, sendo de interesse público o registro audiovisual das ações promovidas. O material captado será utilizado para fins institucionais, divulgação em mídias digitais e preservação da memória cultural do evento, destinados ao atendimento do público participante e da plena organização do evento Festa de Agosto de 2026 a ser realizado nas ruas centrais da cidade, que para os dias 08/08/2026 à 16/08/2026.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Item	Descrição / especificação	QTD.	Objeto	Valor unitário Estimado	Valor total estimado
1	O objeto contratado consiste na cobertura audiovisual completa durante os dias da Festa de Agosto 2026, realizada por equipe especializada composta por videomakers e um editor dedicado, com utilização de equipamentos de última geração, entre câmeras, microfones, drones, estabilizadores, tripé e iluminação profissional. Os materiais devem contar com narração profissional e resultarão na entrega de ao menos cinco vídeos horizontais (até 2 minutos, em resolução Full HD 1920x1080) para exibição em telão no palco, ao menos oito vídeos verticais (até 1 minuto e 30 segundos) otimizados para redes sociais e publicados no dia seguinte à captação, além de ao menos um After Movie final (até 2 minutos) para o encerramento do evento.	01	Serviço	R\$ 28.066,67	R\$ 28.066,67
Valor Total do Lote R\$ 28.066,67					



2.1. As especificações tratam-se de especificações mínimas, sendo aceitos serviços que apresentem especificações iguais ou superiores.

2.2. Cumpre ressaltar que não se trata de bens ou serviços de luxo nos moldes legais.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da contratação inicia-se com a assinatura do contrato e encerrando-se com a última entrega no fim do evento Festa de Agosto de 2026; no dia 16/08/2026.

3.2. O caso em tela se enquadra perfeitamente nos moldes previstos no art. 95, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

4. JUSTIFICATIVA: Faz-se necessária esta solicitação em razão do caráter comemorativo do evento em questão — o 197º aniversário do município — cuja programação integra o calendário cultural oficial do Município de Socorro/SP. Trata-se de uma festividade tradicional, de grande relevância histórica e cultural, que atrai, anualmente, um expressivo número de turistas, além da ampla participação dos próprios munícipes. Diante da importância do evento e da necessidade de seu registro visual qualificado, justifica-se a presente demanda, cujo objeto é a contratação de serviço especializado de filmagem aérea com drone e filmagem terrestre, para cobertura oficial da Festa de Agosto 2026. O referido serviço tem como finalidade registrar, com qualidade técnica e estética, as principais atividades da programação, contribuindo para a documentação institucional, divulgação em mídias digitais e preservação da memória cultural do município. A filmagem aérea, realizada com drones devidamente autorizados, possibilita a captação de imagens panorâmicas e dinâmicas dos eventos em espaços abertos, enquanto a filmagem terrestre garante a cobertura detalhada das atividades artísticas, cerimoniais e culturais. O material captado será editado e entregue em formato digital, apto para utilização em redes sociais, arquivos institucionais e relatórios de gestão. Considerando a especificidade técnica do serviço, que exige o uso de equipamentos profissionais, operadores habilitados e conhecimento em captação audiovisual, bem como a inexistência de estrutura interna na Administração para a execução dessa atividade com a qualidade demandada, torna-se necessária a contratação de empresa especializada. A ausência dessa cobertura audiovisual comprometeria a visibilidade institucional do evento, dificultaria a divulgação adequada das ações culturais promovidas e prejudicaria o registro histórico de uma celebração de grande importância para o município. Dessa forma, a presente demanda mostra-se pertinente, oportuna e de evidente interesse público, devendo ser atendida com a urgência compatível com o cronograma da festividade. A contratação está amparada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum de pequeno valor, desde que observado o limite legal vigente, configurando medida adequada e necessária para o pleno êxito das ações relacionadas à realização e à promoção da Festa de Agosto 2026.

A ausência de estudo técnico preliminar fica desde já justificada, tendo em vista ser a elaboração do mesmo facultada nos termos do disposto no inciso I do artigo 11 do Decreto Municipal nº 4494/23 nas hipóteses de contratações do inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21, além desse aspecto, cumpre ressaltar que trata-se de única forma de solução da demanda existente.

Cumpre ressaltar que o objeto da contratação está previsto no item 2146 do Plano de Contratações Anuais.



DA PESQUISA DE PREÇOS E OBTENÇÃO DE ORÇAMENTOS DIRETOS:

A pesquisa de preços para a presente contratação foi realizada por meio de solicitação direta de orçamentos a fornecedores especializados no ramo de produção audiovisual e filmagem com drones, abrangendo tanto empresas sediadas no Município de Socorro/SP quanto em outras localidades do Estado de São Paulo, todas devidamente habilitadas e com comprovada capacidade técnica para a execução do objeto.

Foram consultados fornecedores de diferentes localidades, todos situados dentro do Estado de São Paulo, assegurando-se, assim, a competitividade, a transparência e a busca pela proposta mais vantajosa à Administração Pública.

A opção pela busca direta de orçamentos junto a fornecedores especializados, em detrimento de um procedimento licitatório mais complexo, justifica-se pelas seguintes razões:

- a) Da inexistência de fornecedores locais capacitados: Apesar da consulta a fornecedores sediados no Município de Socorro/SP, constatou-se que tais empresas não possuem a estrutura técnica, os equipamentos de última geração e os profissionais habilitados necessários para atender às exigências descritas no presente Termo de Referência. As empresas de âmbito local, em sua maioria, prestam serviços de fotografia e filmagem para eventos de pequeno porte, utilizando equipamentos amadores ou semiprofissionais, e não detêm os requisitos técnicos e regulatórios exigidos.
- b) Da qualidade e das exigências técnicas do serviço: O serviço requer equipamentos de ponta, equipe altamente qualificada e observância a rigorosas normas de segurança e regulatórias (ANATEL, ANAC, DECEA). O universo de empresas que detêm tais capacidades é restrito e especializado, sendo plenamente conhecido pela Administração, que já realizou levantamento prévio no mercado.
- c) Da garantia da qualidade e da segurança: A Festa de Agosto 2026 é um evento de grande porte, que atrai expressivo número de turistas e munícipes, com realização em vias públicas e espaços de grande concentração de pessoas. A filmagem aérea com drone, nessas condições, exige não apenas equipamentos de qualidade, mas, sobretudo, pilotos habilitados e experientes, que conheçam as normas de segurança e saibam operar em áreas urbanas com grande circulação de pessoas.
- d) Da celeridade e tempestividade: A Festa de Agosto 2026 possui data certa para sua realização: de 08 a 16 de agosto de 2026. A contratação deve ser celebrada com antecedência suficiente para que a equipe de filmagem possa realizar o planejamento prévio. A busca direta de orçamentos com fornecedores especializados reduz significativamente o tempo de tramitação do processo, evitando o risco de a contratação não se concretizar a tempo.
- e) Da economicidade e da racionalização dos recursos públicos: O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 28.066,66 (vinte e oito mil, sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), montante que se enquadra no limite legal para a contratação direta por dispensa de licitação. A realização de procedimentos licitatórios complexos demandaria publicações em



Diário Oficial, designação de pregoeiros e equipes de apoio, disponibilização de estrutura física e tecnológica e dilatação de prazos processuais, custos e esforços operacionais desproporcionais e desnecessários para uma contratação de pequeno valor.

f) Da competitividade e isonomia garantidas: A Administração adotou os cuidados necessários para assegurar a competitividade e a isonomia entre os fornecedores consultados, quais sejam: consulta a fornecedores de diferentes localidades do Estado de São Paulo; solicitação de propostas com base em especificações técnicas idênticas; critério de seleção pelo menor preço; abertura para que outros interessados apresentem seus orçamentos, desde que comprovem capacidade técnica e atendam às exigências do Termo de Referência.

A ausência de estudo técnico preliminar fica desde já justificada, tendo em vista ser a elaboração do mesmo facultada nos termos do disposto no inciso I do artigo 11 do Decreto Municipal nº 4494/23 nas hipóteses de contratações do inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21, além desse aspecto, cumpre ressaltar que trata-se de única forma de solução da demanda existente.

5. REQUISITOS: Os itens a serem adquiridos deverão corresponder exatamente às especificações descritas no item 1 deste Termo de Referência. A captação de imagens aéreas com drone e terrestre é fundamental para o cumprimento das funções previstas durante o Evento Festa de Agosto 2026, uma vez que possibilita a cobertura completa das atividades sem a necessidade de interrupções ou deslocamentos que prejudiquem o andamento dos trabalhos. É imprescindível que os equipamentos utilizados estejam em perfeitas condições de uso, devidamente homologados e operados por profissionais capacitados, em conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis. A empresa contratada deve garantir a qualidade das imagens captadas, assegurando confiabilidade e profissionalismo na prestação do serviço contratado.

5.1. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.1.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. SUBCONTRATAÇÃO

5.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. VISTORIA

5.3.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.2. A empresa contratada deverá realizar:

6.2.1. A empresa especializada em captação de imagens aéreas com drone e filmagem terrestre deverá executar todos os serviços com equipamentos apropriados e em perfeito estado de funcionamento, operados por profissionais devidamente habilitados e com experiência comprovada. É fundamental que todas as filmagens sejam realizadas em conformidade com as normas técnicas, legais e de segurança vigentes, garantindo a qualidade das imagens e a confiabilidade do serviço prestado. A filmagem tem como objetivo registrar, com precisão e qualidade, os principais momentos e estruturas do Evento Festa de Agosto 2026, sendo



essencial para a documentação, divulgação e memória institucional do evento. A atuação da empresa contratada deve ocorrer de forma integrada à programação, sem interferir negativamente na dinâmica do evento ou colocar em risco a equipe ou o público presente.

6.2.2. Os serviços contratados deverão ser iniciados e desenvolvidos nos espaços em que a festa irá ocorrer no centro da cidade, com destaque para as praças: Praça Coronel Olímpio Gonçalves dos Reis (Praça da Matriz) e Praça Nove de Julho (Praça do Fórum), Rua Marechal Deodoro, Rua José Maria de Azevedo e Souza, Rua Alfredo de Oliveira Santos, Rua 13 de Maio, Rua Alfredo de Carvalho Pinto.

6.3. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.3.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.4. CABERÁ À CONTRATADA:

6.4.1. Arcar com as despesas de referentes à entrega dos serviços e produtos decorrentes dos serviços, inclusive as decorrentes da necessidade de eventual devolução e correções dos serviços recusados por não atenderem ao edital;

6.4.2. Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto deste Termo, os quais não serão excluídos ou reduzidos em decorrência do acompanhamento exercido pela contratante;

6.4.3. Atender a toda a legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste instrumento;

6.4.4. Disponibilizar pessoal suficiente e adequado para a prestação e para a efetiva entrega dos serviços contratados ao contratante;

6.4.5. Entregar os serviços e produtos dele decorrentes nos exatos termos constantes no edital e na proposta ofertada, sob pena de recusa de recebimento, sem prejuízo de demais medidas cabíveis no tocante a responsabilização;

6.4.6. Manter durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade;

6.5. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.5.1. nomear Gestor e Fiscais do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, bem como exercer os encargos de cada função nos moldes regulamentados no Decreto Municipal nº 4490/23;

6.5.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.5.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.5.4. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do produto.

6.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:



- 6.6.1.** O objeto entregue pela CONTRATADA será recebido pela contratante;
- 6.6.2.** Provisoriamente, em até 15 dias úteis da comunicação escrita do contratado do término da execução;
- 6.6.3.** Definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 dias úteis, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no instrumento de contrato.
- 6.6.4.** Constatadas irregularidades no objeto entregue, a contratante, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- 6.6.5.** Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações deste Termo de Referência, determinando sua substituição;
- 6.6.6.** As irregularidades deverão ser sanadas no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento pela CONTRATADA da notificação correspondente, mantido o preço inicialmente ofertado.
- 6.6.7.** O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança do produto entregue.
- 6.6.8.** Durante o período de garantia deverão ser refeitos ou substituídos, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, os serviços defeituosos.

6.7.GESTÃO

6.7.1. O fornecedor deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas de acordo com as exigências contidas no termo de referência, no aviso de contratações, nas normas correlatas, na Lei Federal nº 14.133/21, nos Decretos Municipais que regem a matéria, respondendo pelas consequências advindas de sua inexecução total ou parcial.

6.7.2. As comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7.3. A Administração Pública Municipal poderá convocar o preposto da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal / Gestor do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal n. 14.133. da 2021. art. 117. caput), sendo suas atribuições aquelas previstas na Portaria Municipal nº 11664/2026.

Fiscal: Natanael Jesus Pinheiro/ Matrícula nº 3460-85

Gestor: Paulo Fernando de Carvalho/ Matrícula nº 3461-95

6.8.FISCALIZAÇÃO

6.8.1. O fiscal deverá prestar apoio técnico e administrativo ao gestor com informações pertinentes às suas competências e com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

6.8.2. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou documento que o substitua, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;



6.8.3. O fiscal deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor contratado, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.8.4. O fiscal informará ao gestor da execução contratual, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, inclusive no que concerne a emissão de notificações.

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou documento que o substitua nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.

6.8.6. Ao fiscal compete fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, seja encaminhado ao gestor para a ratificação;

6.8.7. O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8.8. O fiscal realizará o recebimento provisório do objeto contratado, mediante termo detalhado que comprove cumprimento das exigências de caráter técnico, quando cabível;

6.8.9. Compete ao fiscal examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias especialmente dos contratos que envolvem dedicação exclusiva de mão de obra.

7. GESTOR

7.1. A gestão será exercida por gestor devidamente nomeado por Portaria.

7.2. O gestor coordenará as atividades relacionadas à fiscalização do contrato ou documento que o substitua.

7.3. O gestor acompanhará os registros realizados pelo fiscal, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.4. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento.

7.5. O gestor coordenará a rotina de acompanhamento e fiscalização do contrato;

7.6. O gestor coordenará os atos preparatórios à instrução processual e ao envio de documentação pertinente à Secretaria de Administração para formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento e à extinção da ata de registro de preços e de eventuais contratações dela decorrentes;

7.7. Compete ao gestor realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.8. O gestor deverá emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;



7.9. Compete ainda ao gestor a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções e aplicação de sanções em consonância com o apurado no processo sancionatório;

7.10. O gestor deverá emitir ordem de início de serviço, autorização de fornecimento ou outro instrumento congênere.

8.CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A emissão da nota fiscal para pagamento só poderá ocorrer após a entrega do objeto licitado, sendo assim a empresa receberá a autorização para emitir a nota fiscal. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis a partir da data de emissão da nota fiscal.

9.CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A contratação será mediante prévia contratação direta, dispensa eletrônica de licitação, mediante critério de menor preço, fundada no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/21.

9.2. Considerando o valor estimado para a contratação, bem como as características da contratação, com fundamento no artigo 70, inciso III da Lei Federal nº 14.133/21, a licitante, deverá ser pessoa jurídica e deverá apresentar para fins de habilitação os seguintes documentos:

10.HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.1. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária – inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

11. HABILITAÇÕES: fiscal, social e trabalhista:

11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.2. Prova de inscrição no cadastro municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade, compatível com o objeto contratual;



11.3. A prova de Inscrição Municipal poderá ser fornecida através de cópia de Alvará de Funcionamento ou documento oficial (emitido pela Prefeitura da sede ou domicílio da licitante) que comprove que a mesma possui inscrição no município de origem.

11.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal.

11.5. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

a) – A Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União deverá ser procedida através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Positiva com efeitos de Negativa, a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei Federal nº 8.212/1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.

b) – A Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal se dará através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos MOBILIÁRIOS ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

11.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

11.7. Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço) – CRF do FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

11.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

11.10. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.11. Aeronave Registrada na ANATEL, ANAC e autorização de voo junto ao DECEA;

11.13. Declaração de Aprovação piloto de Drone;

12. VALOR DE REFERÊNCIA

O valor médio estimado para contratação em apreço é de R\$28.066,67 (vinte e oito mil, sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) em conformidade com a pesquisa realizada com o art. 23 da Lei 14.133/2021 c.c. Decreto Municipal nº 4489/23.

13. INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.008.000 -Secretaria de Cultura

02.008.001 – Departamento de Cultura

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica.

13.392.0016.2.215 – Gestão dos eventos oficial

Paulo Fernando de Carvalho
(1307)Chefe do Serviço de Cultura
E-mail: cultura@socorro.sp.gov.br



ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

Local e data.

Objeto:

Processo nº _____ Dispensa Eletrônica nº _____

Vimos pela presente apresentar ao Município de Socorro, nos termos do processo em epígrafe, nossa proposta comercial, para a contratação de _____, nos valores e condições a seguir:

a) Nome e endereço completo:

Razão Social do Proponente:		CNPJ nº
Endereço Completo:	CEP:	Tel:
e-mail:		
Nome completo do representante legal para a assinatura do contrato:		Cargo ou Função:
RG nº		CPF nº
Tel. p/ contato do representante legal:		e-mail:

b) Descrição completa dos serviços:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Total da proposta					

- c) Valor Total da Proposta: _____ (_____);
- d) O preço unitário e total, por Item, em moeda corrente nacional, sendo aceitas apenas duas casas decimais após a vírgula;
- e) O prazo de validade da proposta: _____ (mínimo de 60 (sessenta) dias);
- f) Local e prazo de execução: _____;
- g) Condições de pagamento: _____;



- h) Declaro sob as penas da lei, que a proposta atende todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência;
- i) Declaro sob as penas da lei, que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.
- j) Assinatura do Representante Legal.

OBS: OS PREÇOS COTADOS DEVEM SER EXPRESSOS EM REAIS, CONTENDO NO MÁXIMO 02 (DUAS) CASAS DECIMAIS.

(ASSINATURA)

NOME COMPLETO – RG nº



ANEXO III – Documentação exigida para Habilitação

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 Prova de inscrição no cadastro municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade, compatível com o objeto contratual;



2.2.1 A prova de Inscrição Municipal poderá ser fornecida através de cópia de Alvará de Funcionamento ou documento oficial (emitido pela Prefeitura da sede ou domicílio da licitante) que comprove que a mesma possui inscrição no município de origem.

2.2.2 Fornecedor enquadrado como microempreendedor individual (MEI) estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, conforme Lei Complementar n. 123/2006.

2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

2.3.1 A Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União deverá ser procedida através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Positiva com efeitos de Negativa, a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei Federal nº 8.212/1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.

2.3.2 A Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal se dará através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos MOBILIÁRIOS ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

2.3.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

2.5 Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço) – CRF do FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

2.6 CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao).

2.7 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

2.8. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (conforme modelo de declarações anexo IV).



2.9 Aeronave Registrada na ANATEL, ANAC e autorização de voo junto ao DECEA;

2.10. Declaração de Aprovação piloto de Drone;



ANEXO IV - Modelo Unificado de Declarações

A EMPRESA (RAZÃO SOCIAL) _____, LOCALIZADA _____, Nº _____, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº _____, NESTE ATO REPRESENTADA POR _____, RESIDENTE E DOMICILIADO _____, VÊM PELO PRESENTE DECLARAR, SOB AS PENAS DA LEI, QUE:

- a) Inexistem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Como fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- c) Está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- d) Assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

SENDO ESTA DECLARAÇÃO A EXPRESSÃO DA VERDADE, FIRMO A PRESENTE.

LOCAL, DATA.

(ASSINATURA)
NOME COMPLETO
RG nº